

Reunião Ordinária de 20 de maio de 2019

Elaborada para cumprimento do disposto no n.º 1, 2 e 3 do artigo 57.º da Lei
75/2013 de 12 de Setembro

Ata n.º 38

-----Aos vinte dias do mês de maio de dois mil e dezanove, nesta Vila de Lousada, edifício dos Paços do Município, reuniu a Câmara Municipal de Lousada, sob a Presidência do Sr. Presidente da Câmara **DR. PEDRO DANIEL MACHADO GOMES**, e Senhores Vereadores **DR. LEONEL DOMINGOS REIS VIEIRA DA SILVA, DR. MANUEL ANTÓNIO DA MOTA NUNES, SR. CRISTÓVÃO SIMÃO DE OLIVEIRA RIBEIRO; DR JOAQUIM JOSÉ DA SILVA ROCHA EM VIRTUDE DO PEDIDO DE SUBSTITUIÇÃO APRESENTADO PELA DR. CRISTINA MARIA MENDES DA SILVA MOREIRA, DR. ANTÓNIO AUGUSTO DOS REIS SILVA E DR. SANDRA MARIA LEONOR PEREIRA DA SILVA** com a presença da Chefe da Divisão Administrativa e de Recursos Humanos Dr.ª. Vânia Gabriela Esteves da Silva, que a secretariou. -----

-----Eram quinze horas quando o Sr. Presidente deu como aberta a reunião. -----

I. PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Sr. Vereador Dr. Leonel Vieira questionou o seguinte:-----

*"Fui contactado por alguns moradores que adquiriram apartamentos no edifício perto da feira, junto às piscinas municipais, e queixam-se do **ruido proveniente das caldeiras** instalada nas piscinas municipais, a partir das 6h e 30m da manhã. -----*

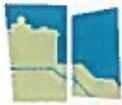
*- Certamente, têm conhecimento que a **Junta de Freguesia de Figueiras e Covas**, em colaboração com a Câmara, nestes últimos anos fez algumas obras para construir o denominado Parque do Penedo do Sol, em Figueiras pergunto:---*

13
Qual é a disponibilidade da Câmara Municipal para ajudar a concluir as obras deste parque, que estão paradas já há algum tempo e a Junta de Freguesia não tem meios suficientes para as concluir?-----

- Está a decorrer o processo sobre sensibilização, divulgação e recolha de sugestões sobre a **paisagem protegida do Sousa Superior**. No final deste processo isto poderá ter implicações no atual plano diretor municipal, nomeadamente, alguma zona onde hoje é permitido contruir poderá deixar de o ser?-----

- É do conhecimento público que a Ordem dos Economistas realizou recentemente um estudo sobre o **ranking dos Municípios** referente ao ano 2018 e comparou-o com outro realizado em 2016. Recordo que o estudo avalla os 308 concelhos do País, não só as Câmaras Municipais mas o Município em si, e abrange as seguintes áreas:-----

Governança, desenvolvimento económico e social, sustentabilidade financeira e serviços ao cidadão e, lamentavelmente, de 2016 para 2018 o mesmo estudo refere que Lousada piorou em quase todos os indicadores. Na governança passou do lugar 16º para o 25º em 2018. Nos serviços ao cidadão do lugar 22º para o 42º, em 2018. Na sustentabilidade financeira do lugar 249º. para o 252º, em 2018. No desenvolvimento económico e social, melhorou mas, muito pouco, passou do 149º para o 146º. Em termos globais, no mesmo estudo, Lousada piorou, e muito, passou do honroso lugar 71º. em 2016 para a posição 138º., em 2018. Alguns dirão que estes números são como as sondagens, valem o que valem, mas, na realidade, são preocupantes, revelam o estado do Concelho de Lousada. E não foi o PSD ou qualquer outro partido político ou entidade com interesses em Lousada que o fez o estudo, foi uma Instituição independente e, curiosamente, o estudo foi coordenado por um autarca eleito pelo Partido Socialista. Este estudo revela, acima de tudo, que ao fim de 30 anos de gestão do Partido Socialista em Lousada há ainda muito a fazer para que, efetivamente, os Lousadenses tenham melhor qualidade de vida. Este estudo revela que a qualidade de vida dos Lousadenses piorou de 2016 para 2018. Como disse, há, efetivamente, muito a fazer. Dir-me-ão que mesmo assim a maioria dos concelhos do País estão numa situação ainda mais desfavorável que a de Lousada, é verdade, mas, com o mal dos outros podemos nós! A realidade diz-nos que no ranking Lousada de 2016 para 2018 piorou a sua situação e não é só a Câmara Municipal que tem responsabilidade neste situação, também a Administração Central a tem, e muito. Mas à Câmara Municipal cabe essencialmente unir as forças vivas do concelho, liderar um projeto de desenvolvimento a médio e logo prazo para que permita aos cidadãos de Lousada terem melhor qualidade de vida, e naturalmente isso passa por dar mais e melhor formação académica às nossas crianças e aos nossos jovens e apostar na captação de investimento que crie postos de trabalho com salários mais elevados. Podem fazer muitas festas, muitos eventos recreativos mas, se não apostarem a sério na formação dos nossos jovens, das nossas crianças e na captação de emprego com bons salários nunca a maioria dos Lousadenses viverá com qualidade de vida. -----



13

- **Taxa de ocupação do subsolo**, já nas últimas reuniões abordei este assunto. Como sabem ao abrigo do Orçamento de Estado para 2017 aprovamos a taxa de ocupação do subsolo na certeza que esta não se repercutiria nos consumidores, só as operadoras é que teriam de pagar a taxa que foi fixada pelo Município, quer na reunião da Câmara quer na sessão da Assembleia Municipal. Este ano confirmamos que a concessionária está a repercutir esta taxa junto do consumidor final. Quer na Câmara quer na Assembleia decidimos anular taxa mas a verdade é que a operadora continua a refletir esses valores na fatura dos consumidores, alegando que o que estava em causa era a taxa de 2017 e 2018 e não a de 2019. Sei que o Sr. Presidente tem envidado esforços no sentido de corrigir esta situação e gostava de saber exatamente o seguinte:-----

O Sr. Presidente disse-nos, na última reunião, que iria ter uma reunião de trabalho com o Presidente da Portgás para o sensibilizar a proceder ao cancelamento da cobrança junto dos consumidores. Gostaria de saber se tem alguma informação para nos dar e também gostaria de saber se a Câmara já terá recebido os montantes referentes aos anos de 2017 e 2018."-----

O Sr. Vereador Cristóvão Ribeiro questionou o seguinte:-----

"Para tentar aferir a veracidade daquilo que se tem dito, se são meros boatos, se são meras preocupações ou se há algum fundo de verdade, existem comentários e fizeram-nos eco de que, eventualmente, pode estar em cima da mesa a possibilidade quer da **EB 1 de Covas** quer do **Jardim de Infância** poderem encerrar no próximo ano letivo. Aquilo que eu gostaria de saber, Sr. Presidente, é se há algum fundo de verdade, se sim, porquê e qual é a estratégia seguida neste âmbito. -----

A segunda questão tem que ver com um assunto que merece até da parte das forças políticas e isso foi demonstrado na última Assembleia Municipal uma intenção global de junção de sinergias e de esforços nesse sentido, refiro-me aos Bombeiros. Eu faço esta questão a reboque daquilo que foram as recentes alterações ao regime jurídico que garante aquilo que são os direitos, as garantias e âmbito de **atuação dos Bombeiros em território nacional** e que foi revisto há pouco tempo, refiro-me ao decreto-Lei 64/2019, de 16 de maio, e que alarga de forma substancial o âmbito de interferência dos Municípios na interação com os Bombeiros, nomeadamente, no artº. 6º. A que vem explicitamente dizer que podem os Municípios compartilhar financeiramente, dado o interesse público, a título de infraestruturas de equipamentos. Este assunto foi debatido na última Assembleia Municipal e gostaria de saber qual é que é o ponto de situação deste assunto junto dos bombeiros, uma vez que é por demais conhecida e debatida a necessidade de reconfigurar os atuais moldes do quartel dos Bombeiros Voluntários de Lousada, há inclusivamente sugestão de locais por vários cidadãos. O que eu pretendia saber por parte do Município é se já ganhou forma, em que moldes, se existe já algum estudo ou alguma intenção clara de estratégia para um local, em que estado e que ponto é que poderá estar este assunto?"-----

13
Q

A Sr.ª Vereadora Dr.ª. Sandra Silva colocou também as seguintes questões:-----

"Gostaria de obter umas explicações sobre dois assuntos, um deles é sobre a Sioux. Não é um bom cartão de visita para Lousada o que se está a passar na Sioux.-----

Sei que a Câmara não tem diretamente responsabilidade com o assunto porque é uma empresa privada. Mas, na altura da implantação desta empresa no concelho houve algumas contrapartidas a nível de impostos para a contratação laboral?-----

A Câmara tentou encetar alguns esforços de negociação para a permanência desta empresa no Concelho quando soube da sua possível insolvência? Acho importante o facto de o Município ter lá estado a oferecer água e apoio psicológico aos trabalhadores no entanto, não sei se será pertinente o apoio jurídico para esclarecer o que se está a passar, mesmo a nível do direito internacional, visto tratar-se de uma empresa alemã?-----

Os trabalhadores ao permanecerem no local, naquelas condições, acho que é desumano para eles e para a imagem que transmitem do concelho. Acho que o Sr. Presidente devia avaliar se esta sugestão é pertinente.-----

Outra situação que queria ver esclarecida é sobre a oferta de ingressos para o rally a nível dos agrupamentos. Gostaria de perguntar se esta oferta foi extensível a todos os agrupamentos das escolas de Lousada. Se isso aconteceu, gostaria de saber quem é que vai assegurar o transporte aos alunos de Caíde, Lustosa ou Nevogilde?-----

Tenho um excerto do convite da Câmara Municipal para os alunos do secundário e tenho o aviso do Diretor do Agrupamento de escolas, e há umas situações que me saltam à vista, que passo a ler: "serve o presente aviso para dizer que ida ao Rally não confere justificação de faltas às aulas e que a escola não se responsabiliza pela dinâmica dos alunos fora do recinto escolar. No entanto, há umas situações que a escola não se vai poder imiscuir, nomeadamente é a escola que se vai responsabilizar por auscultar a veracidade da autorização que os alunos menores vão ter que trazer dos pais, e vão ter que se responsabilizar pela parte administrativa, uma vez que vão dizer o número de alunos que irão ao rally. Se há essa responsabilização administrativa da escola, quem é que se vai responsabilizar pelo acompanhamento, se são menores? Uma vez que, nas visitas de estudo e nos transportes públicos automaticamente implica a presença de um adulto.-----

Gostaria de saber o seguinte: É a escola que se vai responsabilizar ou é o Município, uma vez que é o responsável pelo parque escolar, e se foi salvaguardado algum seguro, se acontecer algum acidente para esses menores que vão assistir ao rally?-----

Esses convites foram feitos os alunos do agrupamento de escolas de Lousada ou para todos os jovens do concelho, porque há uma situação que são os alunos que não frequentam as escolas do concelho mas são do concelho e por uma questão de equidade também se deveria oferecer convites. Acho que já houve tempo suficiente para se oferecer os convites para o rally sem ser por intermédio do Agrupamento de Escolas de Lousada, e bem como para agilizar a entrega desses convites de forma diferente."-----

Às questões suscitadas o Sr. Presidente esclareceu o seguinte:-----

"Em relação aos barulhos da piscina, nunca ninguém me reportou esse problema. De qualquer modo, creio que seja um gerador que se encontra no exterior. Ainda há dias estive no local e ficou decidido construir uma pequena estrutura para fechar o espaço onde se encontra o gerador. Na altura a preocupação era meramente estética, mas agora vamos então procurar resolver também a questão acústica. Vamos avalliar a situação e procurar minimizar o problema.-----

Relativamente a Figueiras não tenho presente qualquer tipo de problema a esse nível. A obra tem vindo a ser feita, com cedência de material à medida das disponibilidades.-----

Em relação paisagem protegida do Sousa superior o assunto já foi aqui apresentado pela equipa que está com este trabalho e uma das questões que foi falada e tem vindo a ser falada em todas as apresentações é justamente o facto de este trabalho, este instrumento não determinar, por si, qualquer servidão administrativa ou restrição de utilidade pública. Isso não quer dizer que no futuro, se for opção do Município, em sede de revisão do PDM, não se possa criar outro tipo de restrições. Neste momento a Idela não é essa, não vai fazer qualquer tipo de alteração ou de limitação àquilo que são os direitos urbanísticos dos solos abrangidos por este instrumento.-----

No que diz respeito ao estudo, os estudos são o que são e valem o que valem. Não ficamos muito preocupados, até porque no caso em concreto, tratar de ranking gerais dos Municípios não tem qualquer sentido, porque mistura-se alhos com bugalhos. Um município pode ser muito bom num indicador e não tanto noutro, mas isso não quer dizer que esse município seja pior do que os outros. Temos desde logo que questionar os indicadores selecionados pelo estudo e o peso dado a cada indicador, pois isso pode adulterar completamente as conclusões do estudo.-----

Por outro lado, não sei qual é o envolvimento da ordem dos economistas, porque, pelo que eu sei, este estudo foi feito no âmbito de uma tese de mestrado. É a primeira vez que é publicado esse dito ranking, pelo que não se percebe qual é o termo da comparação. Só tem sentido descer ou subir se houver um ponto de partida. Ora, se esta é a primeira vez que o dito ranking é publicado, não tem qualquer sentido identificar as descidas e as subidas nesse ranking. Queria dar nota que já fizemos diversos pedidos de esclarecimentos ao autor do estudo, pedindo o envio do estudo integral e explicação das várias variáveis, nomeadamente ao nível do item da sustentabilidade financeira que é um dos parâmetros onde o erro parece mais gritante e estamos ainda a aguardar a resposta. No que respeita ao item da governação, que tem o peso de 10% no ranking, estamos a falar de parâmetros como a taxa de abstenção! No indicador de transparência estamos

17
numa posição cimeira a nível nacional, como já foi evidenciado num outro estudo, específico. Estabilidade política? Percentagem de votação do partido mais votado? Participação pública nas reuniões de Câmara? Tem algum sentido selecionar estes indicadores num ranking de municípios? Isto vale o que vale, para não dizer que vale muito pouco ou mesmo nada. Os serviços às populações por parte da Autarquia é outro indicador que vale 30%, referindo o estudo que passamos do 22.º lugar para o 42.º. Alguém acredita nisto? Ninguém se revê nisto e aguardamos os esclarecimentos solicitados. Quem conhece Lousada sabe que não paramos de fazer coisas e de melhorar a qualidade de vida dos nossos concidadãos. Lembro que naquilo que são os serviços públicos essenciais estamos, felizmente, com as metas europeias devidamente acauteladas. A rede de saneamento está na reta final, em fase de conclusão, faltam pequenos troços de rede e que vamos fazendo à medida daquilo que são as necessidades e o interesse efetivo das pessoas em ligar à rede de saneamento. Em termos de água há muitos anos que temos o problema praticamente resolvido. Estamos agora numa nova fase. Aliás, um dos pontos da ordem do dia é justamente esse, apostar na eficiência do serviço, na redução das perdas e na renovação das redes. Ao nível da recolha de lixo, sobretudo nos últimos dois anos temos superado largamente aquilo que são os melhores indicadores nacionais e mesmo europeus, em termos de recolha seletiva. Temos feito um esforço tremendo, sobretudo este mandato, com a aquisição de terrenos para alargar o leque de áreas verdes no Concelho. Há um conjunto significativo de realizações que apontam justamente ao contrário daquilo que este estudo refere, mesmo ao nível da oferta cultural e desportiva, isso é notório, sobretudo os de fora do Concelho quando se deparam connosco dão-nos os parabéns e dizem que, de facto, Lousada não pára de crescer de uma forma sustentada e que a qualidade de vida é cada vez maior e que nos destacamos de uma forma evidente no contexto regional e nacional.-----

Achamos que aquilo que são as conclusões desse estudo não se refletem minimamente naquilo que é o sentimento geral e comum no nosso Concelho. Ao nível do desenvolvimento económico-social a taxa de desemprego tem vindo a baixar, temos uma grande vitalidade em termos daquilo que é a criação de novas empresas e, como disse no início, na questão da sustentabilidade financeira é ainda mais evidente que o estudo não reflete a nossa realidade. Contrariamente àquilo que poderiam pensar, mesmo ao nível da despesa com pessoal, segundo o pordata de 2017, a despesa de Lousada é das mais baixas do País e isto é assim apesar de já termos o acordo de execução com o Ministério da Educação. Muitos Municípios ainda não têm nos seus quadros esse pessoal da Educação, sendo que quando todos tiverem, e isso vai acontecer em 2021, estes indicadores vão ser muito diferentes no panorama nacional. Temos dados objetivos e estudos específicos em cada uma das matérias que demonstram precisamente o contrário daquilo que este estudo tenta evidenciar. Resta-me repudiar completamente as conclusões do estudo e dizer que este repúdio é generalizado a todos os Lousadenses e àqueles que conhecem a realidade do nosso Concelho.-----

170

Relativamente à TOS, tive uma reunião com o Sr. Administrador da Portgás e fiquei ainda mais preocupado porque a interpretação que a Portgás está a fazer do assunto não tem, na minha ótica, qualquer cobertura legal. Pelos vistos, estão a cobrar este ano os dois anos passados. A norma da Lei do Orçamento de Estado para 2017, que prevê que a TOS não pode ser repercutida no consumidor, não foi revogada. Na última Lei do Orçamento de Estado para 2019 está previsto que o Governo irá legislar sobre esta matéria até ao fim do primeiro semestre deste ano para disciplinar este assunto e definir se esta taxa é repercutida ou não.-----

Demonstrei o meu descontentamento à Portgás e, entretanto, na quarta-feira tive uma deslocação a Lisboa, para tratar de diversos assuntos e um dos quais foi uma reunião na ERSE. A ERSE, relativamente à questão da legalidade da repercussão da taxa não se pronuncia. Entende que não tem competência nessa matéria e deu-nos nota de que outros Municípios impugnaram o assunto nos tribunais. Confesso que estou a equacionar esse cenário, até porque já tenho um parecer jurídico que nos dá total razão. Interessa-me, sobretudo, estancar o problema. Tudo indica que na próxima Assembleia Municipal se faça outra proposta com efeitos retroativos para resolver o problema a partir de então, para que os consumidores não continuem a receber essas faturas e, eventualmente, se discuta o assunto nos tribunais e se peça para que o Município seja ressarcido deste custo que vai ter. Avenei todos os cenários com a Portgás e sempre me foi dito que por eles, qualquer solução que fosse gizada tinha que ter sempre a anuência da ERSE. Creio que vamos encontrar uma forma de por um ponto final para o futuro, mas um ponto final para o passado provavelmente só nos tribunais. A própria ERSE entende que a Portgás nunca poderia repercutir dois anos num, só poderão fazer um ano e quando muito 25% dos anos anteriores. A própria ERSE diz que é abusivo o que a Portgás está a fazer, independentemente da legalidade ou não, que é outro assunto no qual não se querem imiscuir, no entanto vão notificar a Portgás para corrigir a situação. Mas não nos interessa aligeirar o valor, interessamos é suprimi-lo, porque foi um pressuposto básico de todos nós, quer na Câmara quer na Assembleia e não abdicamos disso.”-----

O Sr. Vereador Dr. Leonel Vieira acrescentou:-----

“Relativamente ao estudo da Ordem dos Economistas queria só dizer que o Sr. Presidente da Câmara mudou de opinião, porque no dia 8 de maio fez uma comunicação na página do facebook onde se vangloriava “que Lousada é o 25º Município com melhor governação do País. O relatório do ranking Municipal Português elaborado pela Ordem dos Economistas e apresentado ontem na fundação Calouste Gulbenkian revela que num total de 308 Municípios Lousada é o 25º Município no item relativo à melhor governação. É o reconhecimento do nosso trabalho e do mérito do Município é um dado extremamente positivo para continuarmos a fazer cada vez mais e melhor por Lousada e melhorarmos em todos os campos a análise juntamente com todos os intervenientes do concelho.” A intervenção que o Sr. Presidente acabou de fazer foi completamente diferente e veio descredibilizar o estudo quando no dia 8 de maio valorizou o estudo e fez gala do lugar que Lousada ocupava, que seguramente é um lugar honroso, mas comparado com 2016 piorou.”-----

17

O Sr. Presidente adiu:-----

"Os estudos valem o que valem. Como disse, e bem, a posição em que Lousada aparece não é má, antes pelo contrário, é honrosa. O que eu desvalorizei e descredibilizei foi a seleção de alguns indicadores para o estudo e o facto de nós termos baixado nalguns indicadores, porque não se sabe qual é o ponto de partida, uma vez que esta foi a primeira edição desse ranking. "-----

O Sr. Vereador Dr. Leonel Vieira aditou o seguinte:-----

"Concordo com o que o Sr. Presidente disse. Acho que estamos no bom caminho, é preciso resolvermos essa questão. Mas há um assunto que não foi aqui referido que é como vão ficar os consumidores no final. Porque se o Município devolver o dinheiro à Portgás, o que me parece-me pacífico, mas há, no entanto, um imbróglio jurídico e confesso que já falei com um especialista na área do direito administrativo e que vê com alguma dificuldade ser o município a devolver a TOS aos consumidores. O que não parece possível e não sabemos até que ponto a própria entidade concessionária seja obrigada a devolve-lo aos Municípios. O que eu sugeria em termos de proposta ao Executivo era que a Câmara Municipal, através do seu gabinete jurídico ou juristas que prestam serviço ao Município, estudassem a possibilidade e a forma de podermos resolver o problema dos Municípios que estão a pagar a TOS, referente a 2017 e 2018 uma vez que em 2019 não vai ser cobrada."-----

O Sr. Presidente adiu ainda:

"Isso é justamente isso que estamos a fazer."-----

Ausentou-se o Sr. Vereador Dr. **LEONEL DOMINGOS REIS VIEIRA DA SILVA**.-----

O Sr. Presidente continuou os esclarecimentos:-----

"No que diz respeito à EB1 e JI de Covas não sei nada de concreto sobre o assunto. No passado o PSD defendia a construção de grandes centros escolares para mais do que uma freguesia, a exemplo do que aconteceu nalguns concelhos da região. Não fomos por esse caminho, porque entendemos que a escola é um elemento importante para a identidade de cada uma das freguesias. Nunca defendemos o encerramento de escolas. Quando isso aconteceu foi a própria comunidade escolar a chegar à conclusão que, de facto, era de todo inevitável esse encerramento."-----

No passado já tivemos situações bem delicadas e fizemos sempre um esforço no sentido de junto da DGEST obter autorização para que as escolas continuassem a funcionar, sendo certo que quando os alunos são muito poucos é muito difícil de justificar. No caso em concreto tudo vai depender do número de matrículas para o próximo ano. Não sei se a escola já tem dados nesse sentido. Se há esse perigo importava tentar convencer, eventualmente, alguns pais da freguesia que, porventura, tenham os filhos noutras escolas para que os matriculem em Covas. Da nossa parte o que posso dizer é que essa escola vai ser contemplada na

candidatura para a eficiência energética porque não está no nosso horizonte que a mesma venha a fechar. Se isso vier a acontecer no futuro não será por nossa vontade, antes pelo contrário, tudo faremos para que assim não seja porque entendemos que as escolas são equipamentos essenciais na dinâmica e na identidade das freguesias.”-----

O Sr. Vereador Dr. António Augusto acrescentou:-----

“A indicação de demos à DGEST foi que o parque escolar se mantinha exatamente o mesmo e que nenhuma escola iria encerrar. Aquilo que conheço da vontade do Agrupamento de Escolas Lousada Oeste, pela voz da sua Diretora, é de manter as escolas a funcionar, mesmo que os pais cheguem à conclusão que não devem ter os filhos a frequentar aquela escola, o que eu tenho dúvidas porque a escola EBT é muito acarinhada pelos pais.”-----

Relativamente à questão dos Bombeiros, o Sr. Presidente referiu:-----

“É óbvio que os municípios já tinham competência para apoiar os bombeiros, não só atribuindo subsídios para a execução do seu plano de atividades, mas também para investimento, pelo que nessa parte o novo diploma não trouxe grandes novidades.”-----

No caso em concreto da requalificação ou construção do novo quartel é um assunto que já vem sendo falado há algum tempo e que temos vindo a falar com a Direção. Têm procurado alternativas à ampliação daquele quartel e já esteve em cima da mesa a possibilidade da ampliação mas gorou-se a tentativa de aquisição do terreno contíguo. De qualquer modo, sem relativizar o interesse do assunto, as instalações não são um fator assim tão crítico no funcionamento dos bombeiros. É evidente que à medida que vamos requalificando tudo o que é equipamento, cada vez mais fica a sensação que está na hora de se fazer isso nos bombeiros. De uma forma geral, estamos numa fase de renovação, requalificação e ampliação de alguns equipamentos, por exemplo com a intervenção na Biblioteca Municipal, no Auditório Municipal, e em todas as escolas que não tiveram investimentos no âmbito da carta educativa e vão ter agora pela via da eficiência energética. Estamos na fase da requalificação dos equipamentos públicos e, apesar do quartel não ser equipamento municipal, naturalmente, que é como se fosse, porque a Câmara é a principal responsável pela proteção civil e tem que haver uma parceria estreita com os bombeiros. Estamos a acompanhar o assunto na procura de soluções com a direção da associação. Pensando num outro local, terá que ter as dimensões e a localização adequadas. A localização tem que obedecer a diversos critérios um deles é a fluidez e a centralidade. Tem de ser próximo do casco urbano porque se for fora da Vila, a exemplo daquilo que aconteceu com outras corporações, não será fácil motivar os voluntários.”-----

Mas de qualquer modo, a direção ainda não descartou a possibilidade de requalificar e ampliar o edifício existente. Aliás, não tem havido fundos comunitários para construção de quartéis de raiz, pelo que interessa saber se esta condicionante se vai manter.”-----

Referente à SIOUX não lhe posso dizer com toda a certeza, mas pelo menos do Município não terá havido incentivos fiscais, até porque os incentivos fiscais são

uma matéria muito recente, antigamente não era sequer possível. Por parte do estado não sei se houve, a SIOUX já existe há muitos anos.-----

A tentativa para que, eventualmente, pudessem continuar não chegou a haver porque fomos confrontados já com o ato consumado. Aliás, nem sequer se consegue falar com a Administração. -----

Concordo com a Sra. Vereadora quando diz que o que se está a passar não é dignificante para as próprias, é um sacrificio desumano, nem é dignificante para o Município. Se o encerramento daquela empresa é um ato consumado, resta pensar em soluções e uma das soluções poderá ser a aquisição das instalações por parte de outro empresário. Do ponto de vista legal as coisas estão acauteladas, todas as entidades estão a acompanhar o processo, não há necessidade de uma intervenção mais efetiva por parte do município, sendo certo que, se ela for necessária, cá estaremos, como é obvio.-----

No que diz respeito aos bilhetes do rally, foram colocadas diversas questões. O transporte tem de ser assegurado pelos próprios, familiares, pais, ou amigos. Nós não estamos a falar de uma atividade promovida pela escola. Estamos a falar de uma atividade individual, particular que cada um dos seus encarregados de educação poderá autorizar e criar as condições para que lá cheguem e assegurem as condições de segurança para o efeito. Não é a primeira vez que temos esta iniciativa e as coisas têm corrido bem. Não há qualquer problema a esse nível de responsabilização das escolas. Apenas o que pedimos às escolas foi que nos facilitassem o trabalho de entrega dos bilhetes a quem está interessado."

O Sr. Vereador Dr. António Augusto concluiu:-----

"Fundamentalmente pedimos à escola que nos desse uma lista de alunos em que eles próprios ou os seus encarregados de educação dão autorização para que se coloque o nome numa lista para acesso ao rally. A hora especial do rally inicia às 19h, já um pouco depois da hora do fim das aulas.-----

Em relação ao seguro o CAL, tem um seguro de responsabilidade civil no caso de haver algum acidente dentro do recinto para todos os assistentes. Os alunos fora do concelho, como não sabemos em que escola estão têm de contactar o gabinete do desporto para se inscrever. Efetivamente não asseguramos transporte, seria muito complexo não só recolhe-los como distribuí-los no final do rally. Esta negociação que temos com o ACP e o CAL, que não custa um cêntimo, tem uma contrapartida, estão à espera, por um lado, que se crie público para os próximos anos e, por outro lado, eles vão acompanhados."-----

II. PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE RECURSOS HUMANOS

1.1. Recurso à reserva de recrutamento interna constituída para ocupação de mais 4 postos trabalho a tempo indeterminado previsto na carreira e categoria de Assistente Operacional (Educação) – Ratificação do despacho do Sr. Presidente.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Presidente datado de 07/05/2019, que aprovou, de acordo com a informação nº. 7190/2019, da Chefe da Divisão de Comunicação, Património, Cultura, Educação e Desporto, o recurso à reserva de recrutamento interna para ocupação de 4 postos de trabalho na carreira e categoria de Assistente Operacional, usando da faculdade que lhe é cometida pelo nº. 3 do artº. 35º. da Lei nº. 75/2013, de 12/09.-----

1.2. Abertura de procedimento concursal para provimento de três postos de trabalho na carreira de técnicos superiores em regime de contrato de trabalho por tempo indeterminado, previstos no mapa de pessoal para 2019, nas seguintes áreas:-----

- Engenharia Civil (ramo hidráulica);-----
- Engenharia Florestal; e-----
- Biologia.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a abertura dos procedimentos concursais em destaque, previstos no mapa de pessoal para 2019.-----

2. DIVISÃO DE GESTÃO FINANCEIRA

2.1. Resumo diário de Tesouraria.-----

A Câmara tomou conhecimento do resumo diário da tesouraria referente ao dia dezassete de maio do corrente ano, que totaliza um saldo de três milhões vinte e um mil quatrocentos e oitenta e nove euros e sessenta e nove cêntimos.-

2.2. Cláusulas Contratuais para apreciação, relativas ao Empréstimo a Longo prazo até 770.000,00 €, destinado à aquisição de terrenos para a “ Ampliação do Complexo Desportivo “ e o “ Novo Mercado Municipal “. -----

Deliberou o Órgão Executivo, por maioria dos membros presentes, aprovar as clausulas contratuais referentes ao empréstimo em destaque, que por extensas se dão como reproduzidas por apenso à paste de apoio ao livro de atas.-----

Abstiveram-se os senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

3. DEPARTAMENTO DE OBRAS MUNICIPAIS E AMBIENTE

3.1. Informação n.º 7124/19 - Aprovação da atribuição do tarifário social por se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17) - Consumidor n.º 100273 - Boim.-----

Analisada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo por maioria concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

3.2. Informação n.º 7042/19 - Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17); "Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais" - Aprovação da proposta para deferimento do pedido 50% Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica - Consumidor n.º 9370 - Nevogilde.-----

Analisada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo por maioria concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

3.3. Informação n.º 7030/19 - Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17); "Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais" - Aprovação da proposta para deferimento do pedido isenção Total da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica - Consumidor 11339 - Nevogilde.-----

Analisada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo por maioria concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

3.4. Informação n.º 4780/19 - Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso n.º 6843/17); "Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais" - Aprovação da proposta para deferimento do pedido 50% Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica - Consumidor n.º 10290 - Cernadelo.-----

Analisada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo por maioria concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

10

3.5. Informação n.º 7131/19 - Aprovação da atribuição do tarifário social por se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso nº 6843/17); "Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais" - Aprovação da proposta para deferimento do pedido 50% isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica - Consumidor nº 7580 - Silvares.-----

Analisada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo por maioria concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

3.6. Informação n.º 7125/19 - Aprovação da não atribuição do tarifário social por não se enquadrar no artigo 46.º do Regulamento de Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos, (Aviso nº 6843/17); "Isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais" - Aprovação da proposta para deferimento do pedido 50% isenção da tarifa de disponibilidade de água e águas residuais por insuficiência económica - Consumidor nº 10014 - Nevogilde.-----

Analisada a informação em apreço deliberou o Órgão Executivo por maioria concordar com o proposto.-----

Abstiveram-se os Senhores Vereadores da Coligação Lousada Viva.-----

3.7. Informação n.º 7656/19 - "Requalificação do espaço Público do Largo da Aparecida - Concurso Público"-----

- Aprovação da abertura do procedimento por Concurso Público para a execução da empreitada, cujo preço base é de 442.741,34 € + IVA;-----

- Aprovação do Júri do procedimento e do gestor do contrato.-----

- Aprovação do Programa de Procedimento e Caderno de Encargos.-----

Analisada a informação em apreço deliberou o órgão Executivo, por unanimidade aprovar a abertura do procedimento referido, cujo preço base é de 442.741,34 € acrescidos do valor do IVA, bem como aprovar o júri do procedimento, gestor do contrato, programa de procedimento e caderno de encargos.-----

3.8. Informação n.º 7662/19 - "Requalificação da Rua Primeiro de Maio e da Avenida da Liberdade - 1ª Fase - Concurso Público"-----

- Aprovação da abertura do procedimento por Concurso Público para a execução da empreitada, cujo preço base é de 344.821,50 € + IVA;-----

- Aprovação do Júri do procedimento e do gestor do contrato.-----

- Aprovação do Programa de Procedimento e Caderno de Encargos.-----

Analisada a informação em apreço deliberou o órgão Executivo, por unanimidade aprovar a abertura do procedimento referido, cujo preço base é de 344.821,50 € acrescidos do valor do IVA, bem como aprovar o júri do

procedimento, gestor do contrato, programa de procedimento e caderno de encargos.-----

3.9. Informação n.º 7684/19 - "Redução de Perdas de Água no Sistema de Abastecimento do Concelho de Lousada - Aviso 12-2018-18 do POSEUR".-----

- Aprovação do anteprojeto e estimativa de custos; e -----

- Aprovação do Plano Estratégico de Redução de Perdas;-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Presidente datado de 14/05/2019, que aprovou o anteprojeto, a estimativa de custos e o plano de redução e perdas, referidos na informação n.º. 7684/2019 de 2019/05/14, usando da faculdade que lhe é cometida pelo n.º. 3 do artº. 35º. da Lei n.º. 75/2013, de 12/09.-----

4. DIVISÃO DE AÇÃO SOCIAL, JUVENTUDE, ATIVIDADES ECONÓMICAS E TURISMO

4.1. AÇÃO SOCIAL

4.1.1. Informação n.º. 7574/19 - Proposta de Alteração ao Protocolo a celebrar entre a Câmara Municipal de Lousada e a Associação Dignidade, no âmbito do Programa abem: Rede Solidária do Medicamento.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, aprovar a adenda nos termos propostos.-----

4.2. EMPREGO E FORMAÇÃO

4.2.1. ANIVEC - Associação Nacional da Indústria de Vestuário e Confeção
Informação n.º. 7602/19 - Atribuição de apoio financeiro no montante de 2.500,00€ (dois mil e quinhentos euros), com vista à comparticipação da participação/deslocação dos formandos do Curso Técnico de Máquinas de Costura à Exposição Internacional da Indústria Têxtil, denominada "Texprocess", que decorrerá entre os dias de 14 e 17 maio do corrente ano, em Frankfurt.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Presidente datado de 10/05/2019, que aprovou o apoio financeiro em destaque, usando da faculdade que lhe é cometida pelo n.º. 3 do artº. 35º. da Lei n.º. 75/2013, de 12/09.-----

4.3. JUVENTUDE

4.3.1. Informação nº. 6407/19 – Proposta de atribuição de prémios aos vencedores, no âmbito das XV Olimpíadas da Europa.-----

Deliberou o Órgão Executivo, por unanimidade, ratificar o despacho do Sr. Presidente datado de 14/05/2019, que aprovou a atribuição de prémios nos termos da informação em destaque, usando da faculdade que lhe é cometida pelo nº. 3 do artº. 35º. da Lei nº. 75/2013, de 12/09.-----

5. DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO, PATRIMÓNIO, CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO.

5.1. ADL – ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA DE LUSTOSA – Atribuição de um subsídio no valor de 1.000,00€ destinado a apoiar a V STREET CROSS LUSTOSA.-----
Deliberado por unanimidade aprovar a proposta nos termos apresentados.-----

5.2. ASSOCIAÇÃO DE HÓQUEI DE LOUSADA – Atribuição de um subsídio no valor de 10.000,00€ destinado a apoiar nas despesas que terão com a sua participação no “Eurohockey Champions Challenge II (Men) 2019”. -----
Deliberado por unanimidade aprovar a proposta nos termos apresentados.-----

E nada mais havendo a tratar, foi deliberado encerrar a reunião quando eram dezasseis horas e vinte e cinco minutos, da qual se lavrou a presente ata e eu
Vânia Gabriela Esteves da Silva a redigi e assino. -----

Leandro Mucun
Vânia Esteves

